Informativo CNI
Ano 4 • Número 12 • março de 2016 • www.cni.org.br

Comissão Europeia realiza consulta pública sobre reconhecimento da China como economia de mercado 3

Acordos comerciais e parcerias: atualização 4

Bruxelas em movimento 5

INFORMATIVO DE BRUXELAS

CNI
Confederação Nacional da Indústria
CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

Troca de ofertas para acordo com Mercosul ganha tração na UE

"Uma oportunidade política que não pode ser perdida" - assim se referiu a Alta Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança, Federica Mogherini, à retomada das negociações do Acordo de Livre Comércio UE-Mercosul, durante debate no Comitê de Comércio Exterior do Parlamento Europeu no último dia 15 de março.

As declarações da Alta Representante tiveram lugar dias após a Comissão Europeia afirmar sua intenção em prosseguir com a troca de ofertas, em reunião do Comitê de Política Comercial do Conselho da UE, em 11 de março. Mogherini, que na semana anterior havia realizado visita à Argentina, destacou potenciais ganhos econômicos e políticos de uma aproximação da UE com os países do bloco sul-americano, enquanto alertava parlamentares de que o atual momento é uma "janela de oportunidade", que pode se fechar caso negociações não sejam retomadas em breve.

A visão da Alta Representante encontrou respaldo entre membros do Comitê para Comércio Exterior do Parlamento, que aprovaram pergunta parlamentar à Comissão questionando quando a mesma estará "em condições" de responder à proposta do Mercosul. No documento, os parlamentares reiteram que as negociações chegaram a um "ponto decisivo" e que o desbloqueio das negociações comerciais UE-Mercosul poderá gerar "importantes benefícios" econômicos e políticos.

Matthias Jorgensen, Chefe da Unidade para América Latina no Diretório-Geral para Comércio da Comissão Europeia, afirmou na ocasião que o tema já foi discutido diversas vezes no Comitê de Política Comercial do Conselho da UE e também a nível ministerial, havendo "forte apoio" de uma "grande maioria" dos Estados-Membros para o Acordo.

Divisões internas e a finalização da oferta europeia

Apesar do aparente acordo político quanto à necessidade de se avançar as negociações UE-Mercosul, divergências internas quanto à composição da oferta europeia têm surgido nas últimas semanas, o que poderia implicar atraso.

Desde a confirmação acerca da intenção da Comissão em prosseguir com as negociações, havia a expectativa de que a troca de ofertas fosse anunciada por ocasião da visita à Bruxelas de Rodolfo Nin Novoa, Ministro das Relações Exteriores do Uruguai – que atualmente ocupa a presidência rotativa do Mercosul –, no dia 8 de abril.

No entanto, em reunião do Comitê de Política Comercial do Conselho da UE no dia 16 de março, a delegação francesa circulou nota com o respaldo de outros oito Estados-Membros - Áustria, Grécia, Hungria, Irlanda, Lituânia, Luxemburgo, Polônia e Romênia -, na qual se opunha à inclusão de cotas para "produtos agrícolas sensíveis" na oferta europeia. No documento, esses Estados-Membros afirmaram que uma "calibragem cuidadosa" da oferta de produtos agrícolas somente pode ser realizada por meio de um estudo de impacto cumulativo, o que poderia implicar atraso na finalização da oferta do lado europeu.

Ao longo do último mês, o Diretório-Geral para agricultura da Comissão Europeia se mostrou crescentemente envolvido com o tema. Em debate no Comitê de Agricultura do Parlamento Europeu no dia 7 de março, o Comissário europeu para a agricultura, Phil Hogan, afirmou estar ciente das preocupações de setores, tais como carne bovina, carne de frango e açúcar, quanto a um futuro acordo com o Mercosul. Na ocasião, Hogan pediu apoio aos parlamentares na "administração do impacto econômico" do acordo na agricultura europeia.

A posição defensiva europeia em relação aos setores agrícolas esteve presente nas negociações com o Mercosul em diversos momentos, tendo sido um dos entraves à conclusão do acordo no passado.

Contexto histórico

A UE é o principal parceiro comercial do Mercosul. Para a UE, o bloco é ocupa a oitava posição entre os principais parceiros comerciais. A perspectiva de um acordo de livre comércio UE-Mercosul data de 2000, quando as partes abriram negociações pela primeira vez. O diálogo, no entanto, foi suspenso em 2004, tendo sido relançado em maio de 2010, durante a presidência pró tempore da Argentina no Mercosul. Desde então, nove rodadas de negociações foram concluídas, tendo a última delas ocorrido em 2012.

Em junho de 2015, na reunião ministerial UE-Mercosul no contexto da Cúpula UE-CELAC, a retomada do diálogo ganhou tração em ambos os lados, que se comprometeram a trocar ofertas ainda naquele ano. No último trimestre de 2015, o Mercosul sinalizou que teria sua oferta finalizada, como de fato ocorreu. O Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil, Armando Monteiro, descreveu a oferta como a "mais ambiciosa" já apresentada pelo bloco.

Comissão Europeia realiza consulta pública sobre reconhecimento da China como economia de mercado

A UE lançou no dia 10 de fevereiro consulta pública sobre possível mudança na metodologia do cálculo de tarifas antidumping contra a China. A consulta tem como objetivo coletar visões de *stakeholders* acerca de três possíveis respostas do bloco à expiração, em dezembro deste ano, da seção 15 do Protocolo de Acessão da China à Organização Mundial do Comércio (OMC), que permite a classificação do país como economia não de mercado em investigações antidumping. A consulta se estenderá até o dia 20 de abril.

Mais do que uma simples questão jurídica, a possibilidade de mudança do status chinês tem incitado debate político e econômico em demais membros da OMC, que devem lidar unilateralmente com o tema. Em termos práticos, a classificação da China como economia não de mercado permite a utilização de preços praticados em países terceiros na determinação do valor normal de um produto para o cálculo da margem de dumping (valor normal subtraído o preço de exportação). Tal metodologia, conhecida como "país análogo", tipicamente resulta em tarifas antidumping mais altas para os setores afetados.

Segundo dados da Comissão, mais de 250 mil empregos na UE pertencem a setores nos quais incidem tarifas antidumping. Deste total, mais de 90% são ligados a importados da China. Os setores europeus que seriam mais afetados por uma eventual mudança na legislação seriam os setores de cerâmica, aço, ferro e painéis solares.

O Regulamento Antidumping europeu menciona explicitamente os países considerados pelo bloco como sendo economias não de mercado, entre os quais consta atualmente a China. A mesma legislação determina que autoridades investigadoras devem aplicar a metodologia de "país análogo" para o cálculo da margem de dumping desses países. Uma eventual reclassificação da China exigiria, portanto, novo processo legislativo, necessitando aprovação dos Estados-Membros e do Parlamento.

Stakeholders europeus avaliam três alternativas

A Comissão Europeia está atualmente considerando três opções de resposta à expiração parcial do Protocolo de Acessão da China à OMC, nenhuma das quais seria 'livre de custo" segundo declarou a Comissária Europeia para o Comércio, Cecilia Malmström.

1. A primeira opção consiste em não alterar a legislação. Neste caso, a UE continuaria a calcular a margem de dumping da China sem considerá-la economia de mercado. Segundo o documento apresentado pela Comissão, existiria um "claro risco" de que tal opção colocaria a UE em situação irregular dentro das normas da OMC, podendo implicar o pagamento de compensação. A Comissária Malmström em conferência sobre medidas de defesa comercial no dia 17 de março alertou que tal escolha poderia prejudicar as relações bilaterais com o país, gerando consequências "impossíveis de se calcular em termos econômicos".

2. A segunda opção sugere a remoção da China da lista de economias não de mercado para fins de investigações antidumping. "Já houve intenso debate público acerca das consequências de tal opção", afirmou Malmström, "o que não foi discutido foi o potencial impacto positivo dos componentes e materiais primários mais baratos para empresas europeias", alertou a chefe de comércio europeia, declarando que a análise de tais "benefícios" seria parte do processo de tomada de decisão.

3. Por fim, a última opção consiste em alterar a legislação para refletir a remoção da China da lista de economias não de mercado, aprovando juntamente com isso um pacote de medidas adicionais que fortalecem a defesa comercial, tais como medidas compensatórias para fazer frente a subsídios. Segundo a Comissária, mais atenção poderia ser dispensada a essa alternativa, que, segundo Malmström "muitos descartaram já de início".

A Comissão afirma que nenhuma decisão foi ainda tomada, e que a consulta pública deverá auxiliar o estudo de impacto que está sendo conduzido para avaliar as três opções.

Dois dias após a consulta da Comissão ser lançada, um grupo de deputados europeus, tendo como porta-vozes David Borrelli (EFDD, Itália), Edouard Martin (S&D, França) e Emmanuel Maurel (S&D, França), lançou uma "contra-consulta", colocando a *stakeholders* a pergunta que, segundo eles, o questionário da Comissão deixou de incluir: "Deveria a UE conceder status de economia de mercado à China?" Os deputados afirmaram que a consulta da Comissão parte da premissa de que a China será reconhecida como economia de mercado após 2016, se limitando a questionar stakeholders acerca de "formas de mitigar as consequências negativas da mudança de metodologia". A consulta dos parlamentares se estenderá até o dia 1o de maio e tem o objetivo de orientar membros do Parlamento em diálogos com a Comissão.

Acordos comerciais e parcerias: atualização

- **Canadá –** Concluído em agosto de 2015, o acordo de livre comércio entre a UE e o Canadá, *Comprehensive Economic and Trade Agreement (CETA)*, poderá ser assinado durante a cúpula bilateral no próximo mês de outubro, segundo a Comissão Europeia. Para tanto, a Comissão ainda deverá finalizar a tradução para as línguas oficiais da UE e receber autorização dos 28 Estados-Membros para a assinatura. Esse último ponto é de alta sensibilidade no contexto europeu uma vez que requer que a Comissão apresente proposta quanto ao status do acordo: se o mesmo é inteiramente de competência da UE ou se inclui temas de competência dos Estados-Membros, sendo chamado "acordo misto". No segundo caso, seria necessária a ratificação por parte de todos os Estados-Membros para que o Acordo entre em vigor de modo integral.

  No último mês de fevereiro, o Comissária Cecilia Malmström anunciou que a proposta europeia de um Sistema de Cortes de Investimento (ICS) seria incluída no CETA, substituindo o sistema de Resolução de Controvérsias Investidor-Estado (RCIE) originalmente negociado. A mudança foi considerada uma vitória por diversos stakeholders do lado europeu, incluindo parlamentares, que se opunham à inclusão do sistema RLIE em acordos de comércio. O texto final do acordo foi disponibilizado no dia 29 de fevereiro.

- **Estados Unidos** – A 12ª rodada de negociações do Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP), entre a UE e os Estado Unidos, teve lugar em Bruxelas do dia 22 a 26 de fevereiro. Dias antes da abertura das negociações, houve o vazamento da oferta europeia de acesso a mercado. O documento confirmou a eliminação de 97% de todas as linhas tarifárias imediatamente após a entrada em vigor do acordo, como anteriormente anunciado pelas partes. Deste total, 274 linhas tarifárias estão condicionadas à liberalização recíproca. O documento confirmou também a ofensiva europeia no que toca a indicações geográficas, sendo as concessões feitas pelo bloco condicionais à extensão da proteção a indicações geográficas por parte dos Estados Unidos para além de vinhos e destilados.

  Durante a rodada, foram trocadas propostas de cooperação regulatória e proteção de investimento. Na ocasião, a UE apresentou, pela primeira vez em detalhes, sua proposta de ICS aos Estados Unidos, publicada em novembro de 2015. Além disso, os Estados Unidos apresentaram propostas sobre padrões trabalhistas e ambientais em resposta à proposta anteriormente apresentada pela UE quanto ao capítulo sobre desenvolvimento sustentável. Também foi discutido acesso a mercado, em especial serviços, tarifas de importação e compras governamentais, havendo troca de propostas sobre o último tema. Duas novas rodadas estão planejadas até a metade deste ano.

- **Austrália e Nova Zelândia -** No dia 11 de março, a UE abriu uma consulta pública sobre o futuro das relações econômicas e comerciais do bloco com a Austrália e a Nova Zelândia. A consulta, que terá duração de 12 semanas, visa coletar informações que contribuirão para a preparação de um estudo de impacto sobre um potencial acordo de livre comércio entre a UE e os dois países.

  Segundo a Comissão, a UE se encontra em posição "menos favorável" em suas relações comerciais com a Austrália e Nova Zelândia, que firmaram acordos comerciais com demais parceiros. A expectativa é que a UE leve em torno de 18 meses para concluir a avaliação de escopo para o acordo (*scoping exercise*) e para garantir o mesmo no Conselho da UE quanto ao mandato negociador. Desse modo, as negociações de fato poderão ter início somente em 2017.

Bruxelas em movimento

Diretora-Geral Adjunta da OIT participa de debate no Parlamento Europeu

A Diretora-Geral Adjunta da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Sandra Polaski, participou no dia 15 de fevereiro de debate no Comitê de Comércio Exterior do Parlamento Europeu. A discussão se insere na agenda europeia de aproximação entre políticas de comércio e de desenvolvimento, em particular no que toca a cadeias globais de valor.

Na ocasião, Polaski saudou a estratégia de comércio da Comissão Europeia "Trade for All", congratulando a "ênfase na implementação de padrões trabalhistas em nível nacional em parceiros comerciais". Segundo a representante da ILO, 80% de todos os acordos comerciais concluídos desde de 2013 contêm cláusulas e requerimentos relativos a padrões sociais e trabalhistas. Polaski destacou que, ao mesmo tempo em que contribui para a elevação desses padrões, a inclusão de tais cláusulas em acordos de comércio criam novos desafios relativos à implementação.

Durante a sessão, o presidente do Comitê, deputado Bernd Lange (S&D, Alemanha), questionou qual seria a melhor maneira de avançar a convergência de padrões trabalhistas para níveis elevados: se por meio de sanções ou da mera promoção. Polaski afirmou que a promoção seria parte da solução, mas que a presença de sanções "genuínas" seriam o único meio de fornecer incentivos "positivos" para a conformidade com padrões trabalhistas.

O intercâmbio de opiniões com a representante da OIT precedeu debate sobre o Relatório de Iniciativa Própria *(Own-Initiative Report)*, em elaboração pelo Comitê, relativoà implementação de recomendações sobre padrões sociais e ambientais, direitos humanos e responsabilidade corporativa.

A versão preliminar do relatório expressa apoio aos esforços da Comissão e do Conselho na inserção de cláusulas vinculantes sobre direitos humanos em acordos de comércio, e demanda "firmemente" que todos os futuros acordos da UE contenham capítulos sobre sustentabilidade com sanções capazes de causar a "suspensão dos benefícios comerciais". Além disso, o documento também considera "insuficientes" os esforços de inclusão de cláusulas de responsabilidade social corporativa em capítulos de desenvolvimento sustentável, solicitando à Comissão que "empreenda esforços" para exigir que empresas cumpram com obrigações sociais.

Os relatórios de iniciativa própria são instrumentos que permitem ao Parlamento Europeu solicitar à Comissão propostas legislativas. O Relatório deverá ser submetido à votação no Comitê em maio e, se aprovado, poderá ser levado a plenário em julho.

AGENDA: *Destaques de abril e maio de 2016*

11-14/04	**Estrasburgo, França** • Sessão Plenária do Parlamento Europeu. A agenda provisória já está disponível.
18-19/04	**Luxemburgo** • Formação do Conselho - Negócios Estrangeiros.
27-28/04	**Bruxelas, Bélgica** • Sessão Plenária do Parlamento Europeu. A agenda estará disponível em breve.
09-12/05	**Estrasburgo, França** • Sessão Plenária do Parlamento Europeu. A agenda estará disponível em breve.
12-13/05	**Bruxelas, Bélgica** • Formação do Conselho - Negócios Estrangeiros
23/05	**Bruxelas, Bélgica** • Formação do Conselho - Negócios Estrangeiros
25-26/05	**Bruxelas, Bélgica** • Sessão Plenária do Parlamento Europeu. A agenda estará disponível em breve.

INFORMATIVO DE BRUXELAS | Publicação mensal Confederação Nacional da Indústria - CNI | www.cni.org.br | Unidade de Negociações Internacionais - NEGINT | Gerente Executiva: Soraya Saavedra Rosar | Equipe: Bruno Moraes, Daniel Alano, Eduardo Alvim, Fabrizio Panzini e Iana Silvestre | E-mail: negint@cni.org.br | Website: negint.cni.org.br | Núcleo de Editoração CNI | Design gráfico: Carla Gadêlha | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte. Documento elaborado com dados disponíveis até abril de 2016.